

ATA SEI

159ª Ata de Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos

Às treze horas e trinta minutos do dia dezenove de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, estiveram presentes na reunião ordinária do Comitê de Investimentos de forma híbrida, os integrantes do Comitê de Investimentos do Ipreville, a Sra. Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral, Diretora Financeira (membro nato), a Sra. Sahmara Liz Botemberger (titular), a Sra. Samara Perfeito Nunes (titular), o Sr. Gustavo Polidoro (titular); a Sra. Fabiane Heiderscheidt Moreira (titular), o Sr. Felipe Rafael Popovicz, (titular), o Sr. Samuel Luiz Bernardes Gomes (titular). O Presidente do Comitê abre a reunião dando a boa vinda a todos e faz a leitura e discussão da ordem do dia, a Sra. Jucemeri solicita que seja incluído como item da pauta a apresentação e deliberação do relatório anual do Comitê de Investimentos, e foi aprovado a inclusão deste item, e em não havendo manifestações, passa a palavra para a Diretora Financeira que inicia a apresentação do **item 1) Cenário Econômico: Janeiro/2026 - 2.1) Cenário Internacional: Estados Unidos** - O Federal Reserve manteve taxa de juros no intervalo de 3,50% - 3,75 a.a., em seu comunicado, Jerome Powell adotou um tom cauteloso e reforçou que as próximas decisões serão dependentes da divulgação dos dados econômicos de inflação e mercado de trabalho; A atividade econômica segue resiliente, embora haja sinais de moderação, com desaceleração no ritmo de criação de empregos e estabilização gradual do mercado de trabalho; O CPI ainda permanece acima da meta de 2,00%, indicando que o processo de desinflação ainda não está plenamente consolidado; O mercado monitora a trajetória de cortes ao longo de 2026, considerando tanto a evolução dos indicadores quanto a transição na presidência do Fed prevista para maio, fator que pode influenciar a condução da política monetária; A indicação de Kevin Warsh para a presidência do Fed foi bem recebida pelo mercado, por representar um nome associado à continuidade institucional. Na **Europa** - Na Zona do Euro os dados do 4º trimestre de 2025 surpreenderam positivamente, com crescimento de 0,3% em ritmo semelhante ao trimestre anterior; A inflação encerrou 2025 em 2,1% com núcleo de 2,4%, permanecendo próxima da meta. Diante desse cenário, o Banco Central Europeu deve manter uma postura cautelosa. Na **China** - Os dados econômicos do 4º trimestre de 2025 indicaram desaceleração, ainda assim a meta de crescimento encerrou com expansão de 5,0% em linha com a meta oficial; As vendas no varejo avançaram apenas 0,9% em dezembro, sinalizando um consumo enfraquecido; Os investimentos de capital fixo recuaram 3,8% no acumulado do ano, refletindo retração nos setores industrial, de infraestrutura e imobiliário; **Cenário Internacional - Fechamento dos Índices no mês** - S&P 500 1,37%; DOW JONES 1,73%; NASDAQ 0,95%; MSCI 2,19%; Os índices de ações encerraram o mês em alta, os juros futuros subiram e o dólar se desvalorizou frente às demais moedas: **2.2) Cenário Nacional** - O Banco Central manteve a taxa Selic em 15,00% na reunião de janeiro. Em seu comunicado, sinalizou o início de ciclo de flexibilização a partir de março, condicionado à confirmação do cenário esperado e à convergência das expectativas de inflação para a meta; O IPCA-15 de janeiro registrou 0,20% no mês e 4,50% no acumulado de 12 meses, mantendo uma composição benigna, com núcleos de inflação em trajetória de desaceleração; O mercado de trabalho começa a dar sinais de inflexão e atividade econômica demonstra moderação gradual, em linha com o ambiente de política monetária ainda restritiva; **Cenário Nacional - Fechamento dos principais índices do mercado financeiro nacional no mês** - IMA GERAL 1,31%; IMA-B 5 1,20%; IMA-B 1,00%; IMA-B 5+ 0,84%; IRF-M 1,96%; CDI 1,16%; IBOVESPA 12,56%; IBRX 13,15%; IDIV 10,56% e BDR (3,05%); Os ativos domésticos apresentaram desempenho bastante positivo no período, com destaque para a forte valorização do Ibovespa e para a apreciação do Real brasileiro frente ao dólar, refletindo o fluxo de capital estrangeiro; dólar em janeiro acumulou perda de (4,39%); A Diretora Financeira continua a reunião apresentando o **item 2) Informa os valores do fechamento do mês - Janeiro/2026:** informa o rendimento do mês em renda fixa e renda variável, os recursos financeiros disponíveis, os índices - INPC, meta, rentabilidade e resultado alcançado no mês e no acumulado do ano, com o detalhamento no anexo desta ata (SEI 28631813); a rentabilidade no mês de Janeiro/2026 foi de 1,24% e a meta atuarial ficou em 0,85%, tendo um resultado acima da meta estabelecida para o mês em 0,39%; informa a rentabilidade das carteiras balanceadas; a rentabilidade da carteira própria; a rentabilidade alcançada pelo

títulos públicos marcados a mercado e os títulos marcados na curva; A carteira está majoritariamente alocada em renda fixa, com rentabilidade de R\$ 56,6 milhões e a gestão manteve foco em liquidez, rentabilidade e segurança; a Sra. Jucemeri apresenta ainda a Posição dos Títulos Públicos marcados na Curva - Janeiro/2026 - o valor financeiro até 31/01/2026 - R\$ 2.361.063.113,14, representando 50,57% do Patrimônio Líquido do Instituto; Média Geral das taxas está em 6,5988%; Demonstra também a tabela com as informações sobre os valores sugeridos no ALM e o que já foi efetivado de compra dos títulos públicos, bem como o saldo para comprar; A Sra. Jucemeri passa para o item 3) **Apresentação da posição do Ipreville perante o percentual de participação nos Fundos - base Janeiro/2026** - A nova resolução CMN nº 5.272/2025, que entrou em vigor no dia 02 de fevereiro, alterando a estruturação dos fundos, trouxe algumas mudanças em relação ao percentual de participação dos RPPS nos fundos de investimentos, mas especificamente no Artigo 19 § 2º - "Os fundos de investimento deverão limitar a participação total dos RPPS's em até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido."; Realizamos um levantamento da posição de todos os Fundos de Investimentos que o IPREVILLE tem na carteira de em relação a este tema (SEI 28631843) e a equipe começará a monitorar mensalmente os fundos e os percentuais de RPPS; Devido às mudanças na resolução, não podemos mais aplicar recursos nos fundos do Banco do Brasil (BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF e BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FIC) e da Caixa Econômica Federal (CAIXA BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO e CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE DE FIF RENDA FIXA SIMPLES), que eram utilizados, pois esses fundos possuem mais de 50% de RPPS. A equipe está buscando outras soluções e fundos de investimento para substituir esses fundos que estão com o percentual acima do referido na legislação; Estaremos acompanhando mensalmente estes percentuais visto que qualquer aplicação pode gerar um desenquadramento perante a Nova Resolução; A Sra. Jucemeri informa **item 4) Apresentação e Deliberação de Novos Fundos para aplicação dos recursos de caixa em função da alteração da Resolução CMN nº 5.272/2025**; Diante dos desafios que a nova Resolução CMN nº 5.272/2025 trouxe para os investimentos dos RPPS, estamos buscando novas opções de fundos de investimento para os recursos de caixa; apresentamos os Fundos - Fundo BB FIC Selic Renda Fixa está enquadrado no Art. 7º, inciso I da Resolução CMN 5.272/2025, por ser um dos fundos que estavam regulamentados no início do mês, o mesmo foi credenciado para a alocação dos recursos ingressados no mês de fevereiro, oriundos de Compensação Previdenciária (COMPREV), contribuições de servidores cedidos e repasses de contribuições previdenciárias; Fundo BB FIC Absoluto está enquadrado no Art. 7º, inciso I, da Resolução CMN 5.272/2025, é um fundo opera com o sistema de aplicação e resgate automático, possuindo regras à aplicação inicial e aplicação adicionais, além e a taxa do fundo global de 1,00%, ao ano, conforme regulamento; A proposta é deixar o fundo credenciado para viabilizar aplicações automáticas em determinadas contas, pois há recursos que ingressam na conta após as 14 horas. Dessa forma, a estratégia é credenciar o fundo nas contas do Banco do Brasil 5092-x, 24952-1, 1180030-5, 1180033-x e 1180037-2; Considerando que o Fundo BB Previd. RF Perfil encontra-se desenquadrado perante aos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 5272/2025, propõe-se o credenciamento do Fundo BB RF LP Corporate Bancos classificado no Art. 7º, inciso V; em relação aos Fundos da Caixa temos algumas opções trazidas para a análise do Comitê - Os fundos CAIXA Topázio Corporativo FIF RF Ref DI LP RL e CAIXA Brasil Títulos Públicos encontram-se classificados na categoria Classes de Fundos de Investimento/ETF - 100% Títulos Públicos, enquadrados no Art. 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, estando aptos à aplicação por RPPS; Considerando que o Caixa Brasil FI RF Referenciado DI LP RL encontra-se desenquadrado perante aos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 5272/2025, propõe-se o credenciamento do Fundo Caixa FIC TOP Private Referenciado classificado no Art. 7º, inciso V; Os membros do comitê discutiram os fundos apresentados e a comparação entre as diferentes opções de fundos para investimento, incluindo fundos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil; Os membros do Comitê decidiram substituir o fundo DI referenciado da Caixa Brasil pelo Fundo Top Private Referenciado, que tem uma taxa de administração menor e aplicação inicial de um milhão, o que não seria problema; e em relação aos Fundos do Banco do Brasil eles aprovaram os fundos apresentados para substituição do Fundo Fluxo - Fundo BB FIC Absoluto e para a substituição do Fundo Perfil - Fundo BB RF LP Corporate Bancos, conforme as análises apresentadas (SEI 28641662); A Sra. Jucemeri fala sobre o **item 5) Apresentação da Política de Monitoramento de Riscos dos Investimentos** - Em mais uma ação para o alcance do nível IV do Pró-Gestão estamos iniciando a formulação e discussão da Política de Monitoramento de Riscos dos Investimentos; O Gerente Felipe e a Coordenadora Fabiane, realizaram um primeiro estudo e escreveram uma primeira versão que será encaminhada para os membros do Comitê para análise, revisão e feedback, também encaminharemos para a SMI Consultoria e voltaremos a discutir e deliberar sobre este assunto na próxima reunião; A Diretora Financeira faz a apresentação do **item 5.1. Apresentação do Relatório Anual de 2025 do Comitê de**

Investimentos - Também para atender os requisitos no nível IV do Pró-Gestão elaboramos o Relatório Anual de 2025 do Comitê de Investimentos, que foi instruído com base nas informações sobre a política de investimento, governança do Comitê de Investimento, cenário econômico, evolução do patrimônio e principais decisões tomadas durante o ano; como o relatório é extenso, os membros do Comitê optaram pelo envio do mesmo por e-mail, para leitura e aprovação, dentro do prazo estabelecido para o envio aos conselhos para aprovação (SEI 28514521); A Diretora Financeira apresenta o **item 6) Recursos recebidos no mês - Alocação e Movimentações do mês de janeiro/2026** - **a)** Os recursos recebidos do COMPREV - valor de R\$ 5.287.012,99 e os recursos foram transferidos e aplicados no fundo Caixa Referenciado DI; **b)** Os recursos recebidos dos repasses das contribuições e parcelamentos foram aplicados no Fundo Fluxo e depois transferidos para a Caixa Econômica Federal e aplicados no Fundo Caixa Referenciado DI; **c)** Recursos recebidos da Taxa de Administração foram aplicados no Fundo Perfil do Banco do Brasil; **d)** Amortização do Fundo Imobiliário BTG Hospitalidade - valor R\$ 34.178,67 e aplicamos no fundo Fluxo do Banco do Brasil; **e)** Chamada de Capital no Fundo KINEA Equity Infra I FIP - Cota Classe C no valor R\$ 1.224.423,51; **f)** Chamada de Capital do Fundo BTG Economia Real II no valor R\$ 628.053,91; A Sra. Jucemeri apresenta o **item 7) Repasses das contribuições** - os repasses das contribuições competência Janeiro/2026 foi no dia 13/02/2026 - o repasse das contribuições - parte patronal e parte segurados e mais os parcelamentos - das contribuições e do déficit atuarial; A Sra. Jucemeri passa para o **item 8) Informes Gerais:** **a)** Resultado Assembleia do Fundo Pátria Brasil Infraestrutura III - FIP: Resultado Assembleia do Fundo Pátria Brasil Infraestrutura III - aprovação; Por se tratar de matéria não expressamente prevista no item 6.5 da parte geral do Regulamento, a aprovação da Matéria de Deliberação dependerá do voto afirmativo de Cotistas que representem maioria das Cotas subscritas presentes, nos termos do item 6.5.4 da parte geral do Regulamento, excluídos em todos os casos os votos conflitados ou impedidos, a matéria do item "i" APROVADA; **b)** Fundo BTG Economia Real II - conversa com o gestor - O Ipreville foi ao evento do BTG Pactual e agendou uma conversa com o gestor do Fundo e discutiu a situação do fundo BTG Pactual Economia Real II, que desde maio de 2023 apenas adquiriu uma empresa e não atendeu às expectativas de investimento. Ele expressou preocupação sobre a demora na constituição de ativos e cobrou o gestor Vitor sobre a necessidade de investir em mais empresas conforme prometido. A equipe também questionou uma chamada atípica de capital para despesas administrativas do fundo, solicitando um comunicado escrito sobre essa mudança de procedimento; Ipreville enfatizou que a equipe adotará uma gestão mais ativa em relação aos fundos, monitorando de perto o desempenho e as chamadas de capital dos fundos em que investiram; **c)** Comunicado Fundo Kinea Private Equity Infra - Nova transação: O grupo Way Brasil administra duas rodovias estaduais no Mato Grosso do Sul: a Way-306 e a Way-112. Inicialmente, essas concessões eram operadas em conjunto com uma gestora de recursos, que atualmente está em processo de desinvestimento no Brasil. Diante disso, o grupo Way Brasil, em parceria com a Kinea, adquiriu a participação da gestora; **d)** Próximas Reuniões: Conselho Fiscal - 27/02/2026 e Conselho Deliberativo 05/03/2026; as apresentações estão anexas a esta ata (SEI 28631813). A Diretora Financeira agradece a participação de todos e encerra a presente reunião. Sem mais, eu, Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral, redigi a presente ata, que foi lida e aprovada, pelos membros do Comitê de Investimentos presentes. Os anexos apresentados neste documento constituem parte integrante desta ata e devem ser interpretados em conjunto com as discussões e deliberações registradas.

Gustavo Polidoro - Presidente - (CPA 10 - CP RPPS CGINV III)

Felipe Rafael Popovicz - Vice-Presidente - (CEA - CP RPPS CGIINV III)

Fabiane Heiderscheidt Moreira - Secretária - (CPA 10 - CP RPPS CGINV III)

Jucemeri Ap. Fernandes Cabral (CPA 10 - CP RPPS CGINV III - CP RPPS DIRIG III)

Sahmara Liz Botemberger (CPA 10 - CP RPPS CGINV III)

Samara Perfeito Nunes (CPA 10 - CP RPPS CGINV III)

Samuel Luiz Bernardes Gomes (CP RPPS CGINV II)



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Polidoro, Servidor(a) Público(a)**, em 10/03/2026, às 14:35, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Rafael Popovicz, Gerente**, em 10/03/2026, às 14:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Heiderscheidt Moreira, Coordenador(a)**, em 10/03/2026, às 14:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral, Diretor (a) Executivo (a)**, em 10/03/2026, às 15:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samara Perfeito Nunes, Diretor (a) Executivo (a)**, em 10/03/2026, às 15:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sahmara Liz Botemberger, Coordenador(a)**, em 11/03/2026, às 14:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Luiz Bernardes Gomes, Servidor(a) Público(a)**, em 11/03/2026, às 14:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28641753** e o código CRC **BEC03E04**.

Rua Otto Boehm, 442 - Bairro América - CEP 89201-700 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

26.0.013787-9

28641753v4